

A Norma-Padrão Europeia e a Mudança Linguística na Escola Moçambicana

Alexandre António Timbane (UNESP-Araraquara)

Rosane de Andrade Berlinck (UNESP-Araraquara)

Resumo

Em Moçambique, a língua portuguesa é considerada língua oficial, língua segunda, língua nacional e concorre com mais de vinte línguas bantu faladas pela maioria da população. A norma-padrão perde espaço dando lugar ao português moçambicano que tem características próprias do contexto sociolinguístico do país. A escola se esforça, mas não consegue ensinar essa norma europeia devido ao multilinguismo e o contato do português com as línguas africanas, fato que se reflete nos mídias e na literatura oral e escrita. Esta dificuldade resulta em altos índices de reprovações causados pela dificuldade do uso do padrão-europeu por parte de professores e dos escritores que elaboram os livros escolares. Nesta pesquisa sugere-se a padronização da variante moçambicana, bem como a elaboração de dicionários e de gramáticas que ilustrem a realidade sociolinguística de Moçambique para a melhoria da qualidade de ensino e também para a autoestima dos moçambicanos em geral, eliminado assim o preconceito de que os moçambicanos não sabem falar português.

Palavras-chave: norma-padrão; mudança; português moçambicano.

Considerações iniciais

A Língua Portuguesa (LP) é oficial¹ em dez países e em cada país, é possível observarmos contextos sociolinguísticos bem diferentes. Falando especificamente de Moçambique, a questão “norma-padrão” tem criado problemas na escola moçambicana desde os primeiros anos pós-independência (1975), porque para além de ser oficial, é língua segunda, é língua materna e é língua nacional. Cada uma destas qualidades exige especificidades quando se trata de processo de ensino-aprendizagem. Outro aspecto é a presença expressiva de Línguas Bantu (LB)² que provocam o fenômeno de contato linguístico entre elas e também com a LP.

Neste trabalho debatemos os conceitos de norma-padrão e norma-culta, bem como a apresentação de dados que mostram a situação da LP em Moçambique. Incidimos na relação entre a norma e o ensino da LP, utilizando como corpus sete livros do ensino primário em uso em todo país. A análise desses manuais permitiu-nos observar as controvérsias existentes entre a norma europeia e a norma moçambicana, politicamente não reconhecida. Para exemplificar, apresentamos exemplos de unidades lexicais e sintáticas que mostram a existência do Português de Moçambique ou Português Moçambicano (PM). Discutimos como o professor pode trabalhar a noção de variação em sala de aula baseando-se na literatura moçambicana que está repleta de estrangeirismos, empréstimos e neologismos linguísticos. Passemos, então à situação da LP em Moçambique.

1. A Língua Portuguesa em Moçambique: norma europeia ou norma moçambicana

A LP é a língua oficial, entretanto não é língua materna da maioria da população. Moçambique possui 38,7% (Censo realizado em 2007) da população escolarizada. A maioria da população (71,4%) vive nas zonas rurais e utiliza as mais de vinte LB na comunicação cotidiana. O português é falado especialmente por pessoas escolarizadas ou por aquelas que vivem nas cidades. Cumpre dizer que a LP goza de estatuto político privilegiado quando equiparada com as LB, pois de acordo com o parágrafo n.º 1, do artigo 5º, da *Constituição da República de Moçambique* (2004) “Na República de Moçambique, a Língua Portuguesa é a língua oficial”. E no parágrafo n.º 2, do mesmo artigo, acrescenta-se: “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos” numa referência às numerosas LB faladas em Moçambique.

A Constituição da República legitima o uso da LP (norma europeia) pelo fato de ser língua oficial e língua de prestígio político e economicamente. Os dicionários e as gramáticas usados em Moçambique foram concebidos, escritos e publicados em

¹ É a língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um estado soberano ou território. Neste caso a LP é oficial e, Angola, no Brasil, em Moçambique, no Timor-Leste, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, na Guiné Equatorial, em Portugal, em São Tomé e Príncipe e na China (Região Administrativa de Macau).

² Termo introduzido por Bleek (1827-1875) para designar um grupo de mais de 600 línguas espalhadas desde África Central até Austral cujas características linguísticas são semelhantes. Usando o método comparativo identificou 16 zonas que pertencem a grande família de línguas que se chama Congo-Kordofaniana e Moçambique é abrangido por quatro zonas: G, P, N, S. (NGUNGA, 2004, p. 20-28).

Portugal desde período colonial, os quais foram importados para as ex-colônias africanas, contrariamente ao Brasil, já que vem declarando a independência linguística com afirmação clara da identidade da sua variante: o Português Brasileiro (PB).

As gramáticas normativas pecam pelo fato de considerar que estudo da gramática é o único instrumento que leva o aluno a saber falar, ler e escrever melhor; a metodologia é inadequada porque aprende-se uma única forma gramatical e não se aceita a variação; a própria matéria carece de organização lógica, porque a língua é como é, deve ser ensinada assim e não da forma como deveria ser. (cf. PERINI, 2003, p.49-56). Infelizmente, Moçambique ainda não tem seu próprio dicionário nem gramática que mostra as especificidades do Português falado/escrito pelos moçambicanos. A partir dos anos 80 surgem alguns sinais (algumas vozes) que mostram as diferenças entre Português Europeu (PE) e o Português Moçambicano (PM) e o mais visível é o léxico. Em seguida, aparecem novos sinais a nível sintático-morfológicos o que levou a publicação de vários estudos tais como: Gonçalves (1989, 1996a, 1996b, 1998), Dias (1991, 1993, 2009a, 2009b), Silva (1991), Stroud e Gonçalves (1998), Chimbutane (1998), entre muitos outros “corajosos”, no bom sentido da palavra.

Estes estudos tentam mostrar que o rumo da LP em Moçambique é bem diferente do determinado pelo sistema colonial, consequentemente pela norma-europeia. Defender que existe norma-europeia e outra moçambicana é ao mesmo tempo aceitar que “as línguas mudam com o passar do tempo” e os contextos sociolinguísticos podem provocar variação e mudança. Faraco (2005, p. 34-43) e Faria (2003, p. 33-37) mostram que as mudanças de uma língua podem afetar os seguintes sistemas: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, só que o mais desmascarado é o léxico.

Sendo assim, levantamos algumas questões: A escola moçambicana, sendo a guardiã da norma-padrão cumpre com seu papel? Tem conseguido sucessos nessa “luta”? Será que um licenciado (graduado) numa universidade moçambicana tem competências comunicativas de norma-padrão ou norma-culta? Será que as crianças que têm o português como língua materna aprendem norma-padrão europeia na escola? Estas e muitas outras perguntas nos inspiraram a discutir este assunto de norma-culta no contexto moçambicano. À primeira vista, ficamos com prazer de dizer que não há norma-europeia, mas sim uma norma-moçambicana que precisa de ser padronizada, de possuir legitimidade plena com a elaboração de instrumentos tais como dicionários e gramáticas do PM culto falado/escrito. Muitos falantes de português na lusofonia quando conversam com moçambicanos percebem logo as diferenças existentes mesmo tendo o nível superior completo ou não. A formação dos professores moçambicanos em termos linguísticos segue o ritmo moçambicano e não pode responder

as exigências da norma-padrão europeia exigida pela elite e aos desavisados. Na prática do processo de ensino-aprendizagem, o aluno recebe aulas do professor e nunca chega a ser melhor que seu professor, quer dizer, se o mestre fala o PM como o aluno terá padrão-europeu? Antes de mais, percebamos os contextos sociolinguísticos que Moçambique apresenta.

2. Os Contextos Sociolinguísticos

A LP é a única língua oficial em Moçambique³. Moçambique faz fronteira com países anglófonos, o que de certa forma tem trazido algum léxico anglófono, principalmente na fala dos imigrantes, trabalhadores moçambicanos na diáspora e residentes das zonas fronteiriças. Analisando profundamente a LP em Moçambique pode-se dizer que

é de fora porque é de origem europeia mas também é uma língua de dentro porque é usada como língua materna e língua segunda por parte da população. Por outro lado, esta língua é odiada porque é considerada língua do opressor e do colonialista, por outro lado, é admirada porque, por ser língua de comunicação alargada e por não haver em relação a ela uma identificação étnica forte e grande fidelidade linguística, permite a união entre moçambicanos. Ela é vista como o modelo de perfeição linguística que é através dela que se pode discutir a maior parte dos assuntos políticos, científicos, técnicos, etc. (DIAS, 2002, p.101).

Para além da fraca taxa de alfabetização, a maioria da população mora na zona rural e não é falante nativa da LP, pois esta é a segunda ou terceira língua para os moçambicanos. Não se pode negligenciar o crescente número de falantes de português como língua materna nas cidades, resultantes da mudança de parte da população do campo para cidade. Nas cidades, muitos pais ensinam aos seus filhos e estes por sua vez passam a usá-la como língua primeira. Mas os pais não são falantes nativos na sua maioria e muitas vezes não têm uma escolaridade que lhes permite usar “norma culta”. Há na fala desses pais uma mistura de línguas, o uso de empréstimos e estrangeirismos resultantes do contato que têm com as LB. É este “português” que chega às crianças e que é a língua primeira de muitas crianças nas grandes cidades. Em alguns casos há transposição de construções gramaticais da LB para LP, o que provoca uma variação em relação ao PE esperado e exigido pelas autoridades políticas.

Sabe-se que não existe uma única forma de falar português, tal como os gramáticos tradicionalistas diziam/dizem. Defendemos que a norma-padrão europeia não pode servir como uma forma de exclusão social, mesmo sabendo que com este se alcança um estatuto social elevado (FIRMINO, 2001, p. 133). Sobre este assunto que consideramos profundo e central, Bagno (2010, p.29) sublinha o seguinte:

³ O fato de a LP ser a única língua oficial é resultado da política linguística adotada pelo governo e não pela incapacidade linguística. Não existe uma língua incompleta gramaticalmente. Quando muito pode precisar do “novo” léxico pra designar novas situações/fatos, fato que pode se completar com estrangeirismos e empréstimos linguísticos. Mas todas as línguas moçambicanas podiam ter este estatuto se houvesse essa vontade política. A República da África do Sul (bem ao lado de Moçambique) foi colônia inglesa e tem onze línguas oficiais de origem africana. Quando se escolheu não tinha dicionário, nem gramáticas escritas, mas pela necessidade de uso, os sul-africanos se sentiram “pressionados” e logo pesquisaram, investiram nas suas línguas locais e hoje não tem os problemas que Moçambique tem a nível linguístico. Os problemas de que nos referimos são da inferioridade das LB sua diminuição e exclusão dos que não conhecem o português. Quantas pessoas perdem emprego, só porque não conhecem o tal fantasma chamado “português-culto” ou “norma-europeia”?

Dizer em voz alta que as formas normatizadas também estão corretas é impedir que o conhecimento da norma tradicional seja usado como instrumento de perseguição, de discriminação, de humilhação do outro, nem como uma espécie de saber esotérico, reservado para alguns iluminados de inteligência superior.

É importante sublinhar que o português encontra-se numa situação de contato com as LB e com o inglês. Dependendo do interesse ou do ponto de vista, a LP é língua oficial, é língua nacional, é língua materna, é língua segunda, é língua estrangeira dentro do mesmo espaço que é Moçambique. A porta de entrada de tendências de mudança provém do fraco conhecimento do português por parte dos moçambicanos, bem como das interferências linguísticas vindas de várias línguas, quer dizer, “a interação do português com outras línguas distintas concorre, fortemente, para a variação gramatical e, em alguns casos, para a mudança linguística.”(MENESES, 2010). Esse processo linguístico Gonçalves (2005, p.7) designa por “nativização do português” ou ainda “moçambicanização do português”. É uma espécie de afirmação e à identidade do português falado em Moçambique, porque apresenta características bem diferentes do PE, tal como veremos mais a diante (subseção 4.2).

Dependendo do lugar geográfico, do nível social, da escolaridade, de idade, do sexo, da formação profissional, cada um tem a sua forma de falar o português. Acreditamos na existência de uma só LP, e que esta é falada de forma diferente dependendo das variáveis sociais que acabamos de apresentar. Muitas vezes a norma-padrão é colocada à prova devido à sua característica prescritiva, tradicionalista. Mas o que seria então, a norma?

3. Debate Sobre Aspectos Teóricos

3.1. Entendimento sobre o conceito de “norma”

No século XX, a estandardização da língua esteve intimamente ligada à explosão dos meios de comunicação de massa (o rádio, a televisão, o jornal, o outdoor e a internet), e a algumas grandes tendências da educação, como a generalização do ensino primário, que gerou um mercado dos livros didáticos de grandes proporções e levou à criação de uma rica literatura infantil.(ILARI; BASSO, 2009, p. 199). Começou a haver necessidade de se criar uma norma que regularia esses meios de comunicação social. As noções que, posteriormente foram elaboradas no âmbito da sociolinguística não eram tidas em conta, caso contrário teriam percebido que mesmo dentro do mesmo país há uma variação linguística bem notável. Alcançar a perfeição à norma é, na verdade algo extraordinário, isto porque a norma-padrão não faz parte do cotidiano. Norma é o uso regrado, como a modalidade sabida por alguns, mas não por outros. Esses últimos correspondem à maioria e são

pessoas sem nível superior de escolaridade, e com status social e econômico baixo e localizados sócio-econômicamente. Segundo Neves (2009, p.43) há duas concepções de norma na sociedade: “Na primeira, o que está em questão é o uso, e, então, a relação com a sociedade aponta para a aglutinação social. Na segunda, trata-se de bom uso, e a relação com a sociedade aponta para a discriminação, criando-se, por aí, estigmas e exclusões.”

A norma de que estamos falando nos parece algo “divino” na realidade sociolinguístico dos países africanos, em particular de Moçambique. Para atingir essa “performance” seriam necessários muitos requisitos, incluindo juntar Portugal e Moçambique geograficamente, o que realmente será impossível. Lucchesi (2004, p.75-89)⁴ já faz um debate direto, bem claro e profundo sobre a diferença dos dois sentidos de norma. A norma é fruto de imposição⁵, de uma língua artificial (criada por uma minoria) para uma maioria que não reflete a realidade do dia a dia da população. Muitos dos exemplos dados nessas gramáticas são de “grandes obras literárias”⁶ da época (séculos XV em diante) e que estas não espelham o português falado. É importante lembrar que a língua “é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos.” (cf. NEVES, 2009, p.85).

Segundo Aléong (2001, p.153), a norma explícita “compreende esse conjunto de formas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição.” Segundo o autor supracitado, as normas implícitas são

formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata. Obviamente, trata-se sobretudo da língua falada e, por isso, este tipo de norma não tem a rigidez de um código escrito.

Em outras palavras, o que Aléong chama de norma explícita é a norma culta (para LUCCHESI, 2004) e a norma implícita é a norma popular (para LUCCHESI, 2004). Na verdade, tanto Aléong como Lucchesi estão falando do mesmo fenômeno linguístico e é interessante destacar que tudo começa com a oralidade. Por isso que a “escrita representa a linguagem oral. A linguagem oral, por sua vez, representa o mundo.”(cf. CAGLIARI, 2009, p.123). É importante remarcar que tanto a escrita como a fala tem regras específicas. O potencial meio de comunicação é a fala. Mesmo a gramática e o dicionário são registros de arquivo, para consulta, para confirmação. Sabe-se que estas regras existem na mente dos falantes.

Bagno (2001, p.11) designa de norma-padrão o “conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia”. A mídia moçambicana e a literatura moçam-

⁴ “A NORMA CULTA seria, então, constituída pelos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma linguística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. NORMA POPULAR, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social.”

⁵ A gramática de uma língua não pode ser oferecida como uma camisa-de-força, primeiramente mapeada para depois de ser recheada de exemplos, aqueles que venham a calhar para a doutrina assentada. (cf. NEVES, p.85).

⁶ João Barros, Pero de Magalhães de Gandavo, Duarte Nunes, Álvaro Ferreira de Vera, Garcia Rezende, Henrique Mota, Gil Vicente e o ponto mais alto é de Luís de Camões com a obra “Os lusíadas” publicada em 1572. (MARTINS, 2007, p. 48-49).

bicana não conseguem se adaptar a esta “famosa” norma pois, as realidades sociolinguísticas não o permitem. Timbane (2011b)⁷ demonstrou a criatividade linguística a nível lexical no jornal “Notícias”(em cartas de opinião) e em obra de Mia Couto (*Terra Sonâmbula*). No artigo apresenta palavras tais como: *descabelar, conflitar, descamisados, bifés, mazonas, timbilas, biznés, maningue, logo-logo, muito-muito* e muitas outras unidades lexicais que “fogem” ao léxico dicionarizado no PE. Aceitar um neologismo (através da dicionarização) é “abrir mão” à norma, porque essa palavra não existia na língua, não era aceita, era considerada errada. Lembremos que a noção de norma remete-nos à noção do certo e do errado.

Para Lucchesi (2004, p.63-66) norma-padrão são “formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas” e norma culta “conteria as formas efetivamente apreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo.” Para Lucchesi, os dois conceitos são sinônimos, fato que é contrariado por Bagno (2007, p.103-107) que insiste em designar por variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas. Mas tanto **norma-padrão** como **norma culta** não refletem a comunicação do resto da população que é a maioria, quer dizer, são entidades do estruturalismo e não da sociolinguística. Para Bagno (2007) a norma culta é determinada pelas Academias de cada país. Como Moçambique não tem essas instituições ficou dependente da norma do ex-colonizador, de Portugal. Muitas vezes as obras de “Camões” e outros clássicos são vistas como o exemplo mais certo do uso da língua. É por isso que os exemplos das gramáticas são extraídos dos textos de época, fato com que não concordamos. Bagno (2007, p.117) nos relembra que

não se pode confundir a norma-padrão com a norma culta: são duas entidades sociolinguísticas muito diferentes. A norma culta é o conjunto de variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes urbanos, mais escolarizados e de maior renda econômica, e nelas aparecem muitos usos não previstos na norma-padrão, mas que já caracterizam o verdadeiro português brasileiro prestigiado.

Acreditamos que essa descrição da situação brasileira também pode ser aplicada à realidade moçambicana. Tanto a norma-padrão como a norma culta europeia não são assimilados pelos moçambicanos uma vez que os contextos sócio-culturais são diferentes de Portugal.

⁷ Artigo apresentado em comunicação no Congresso Internacional da Neologia - CINEO, na USP (6 de dezembro 2011).

4. O ensino da LP em Moçambique

A educação formal em Moçambique é feita exclusivamente em LP. As crianças chegam na escola com pelo menos uma LB principalmente nas zonas suburbanas e rurais, razão pela qual Ngunga (2007) e Lopes (1997, 2004) defendem a educação bilingue como estratégia frente às reprovações “em massa” que se verificam nas escolas moçambicanas. A LP é básica e o aluno que não alcança 50% de aproveitamento pode repetir o ano. Mas, o ensino primário em Moçambique tem enfrentado sérios problemas: primeiro, o tipo de ensino (alunos com LP como língua materna usam o mesmo livro que aqueles que têm a LP como língua segunda); segundo, os conteúdos (seguem a norma europeia e não toleram nenhuma variação).

Os conteúdos dos livros⁸ tentam convencer ao aluno que a norma-padrão é a mais correta e que a gramática seria o “único remédio mágico” para “saber falar” português. Ao analisarmos os livros de 1^a a 7^a classes constatamos que há estrangeirismos e empréstimos vindos das LB bem como da língua inglesa. Os textos são adaptados para que estes se adaptem ao PE o que é, ao nosso ver, uma tentativa de “apagar” a realidade sociolinguística moçambicana. Há uma tentativa da parte dos autores de apagar estrangeirismos e empréstimos linguísticos presentes nos textos dos escritores moçambicanos. Por vezes essas tentativas são fracassadas. Vejamos alguns exemplos extraídos de manuais (livros de alunos) em uso:

- a) “Para festa eu levei o frango à *zambeziãna*, *mucapata* e *mu-cuane*.” (4^a classe, p.51)
- b) “Algumas dessas madeiras são muito valiosas, como a *chanfuta*, o pau-preto, a *umbila* e o *jambirre*.” (4^a classe, p.52)
- c) “A vovó explicou-me que se chamam *timbilas*.” (5^a classe, p.42).
- d) “A preparação de *theka* inicia a festa.” (5^a classe, p.52).
- e) “Veículo é o carro, o *machimbombo*, o camião, a motorizada, a bicicleta e *tchova*.” (5^a classe, p.110).
- f) “*Madala* continuou imóvel: *machamba* é como o mar.” (5^a classe, p.140).
- g) “Pois foi *stora*, adoeceu mesmo.” (6^a classe, p.30).
- h) “*Pr’a* semana prometo talvez nos vejamos, quem sabe?” (6^a classe, p.20).
- i) “*Nhamussoro* foi chamado e com o seu soco enorme contendo *bugingangas* diversas chegou.” (6^a classe, p.90).

⁸O livro da 4^a classe, por exemplo tem os subtítulos “falar e escrever bem” onde se dedica ao ensino da gramática normativa. Tem 33 itens gramaticais. O da 5^a classe tem 38 itens gramaticais onde a sequência é: “texto, interpretação do texto, gramática” e finalmente o da 6^a classe tem o título “funcionamento da língua” onde aprofunda a gramática de forma sistemática.

- j) “E para ele somos todos *misters* e *misses* - Acrescentou Toshio.” (6^a classe, p.128).
- k) “Em que período do dia *matabichas*, almoças e jantas?” (1^a classe, p.29).

A nível lexical a situação é mais visível, mas a nível sintático aparece um “pouco camuflado” para quem não tem domínio da norma-padrão. Segundo Stroud e Gonçalves (1998, p.13) um teste recente sobre aceitabilidade e correção de frases entre falantes letrados de Português, conduzido pelo do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE), revelou que partes de frases que de facto estavam corretas, segundo a norma-padrão europeia eram consideradas inaceitáveis e corrigidas pelos sujeitos testados. Esse teste é mais uma prova de que o padrão-europeu está pouco presente na fala dos moçambicanos apesar da insistência dos professores em sala de aula. Se o professor não domina a norma-padrão como vai corrigir as redações dos seus alunos? Em Moçambique parece uma “guerra sem inimigo” na qual os professores enfrentam os mesmos problemas que os alunos. Se alguém nos perguntasse, por que os professores enfrentam problemas de gramática? A resposta é clara: é porque os professores nasceram, cresceram e aprenderam neste contexto sociolinguístico por isso as “anormalidades” em relação à norma europeia parecem “normais”. E mais, os professores do ensino primário não têm ensino superior, se seguíssemos o conceito de “norma-culta”, não estariam aptos a falar nem a ensinar a norma-europeia.

Contrariamente ao que acontece com os manuais do ensino primário, no ensino secundário os textos são menos “censurados” e recomenda-se a leitura de várias obras literárias. Aí, entende-se a essência do PM. Orientações do Ministério da Educação quanto ao ensino da LP determinam que

o ensino da literatura será feito de forma sistemática, a partir do tratamento de diferentes tipologias textuais inerentes aos três modos literários: narrativo, lírico e dramático. Neste âmbito, pequenos textos ou extractos de textos servirão de pretexto para o estudo, quer dos aspectos formais e linguísticos que lhes são específicos, quer dos elementos culturais e ideológicos por eles veiculados (MEC/PROGRAMA DA 8^ª CLASSE, 2010, p.9).

Estas orientações abrem espaço para que o professor e os alunos usufruam da literatura moçambicana bem como da variação e mudança linguística por meio de estrangeirismos, empréstimos e neologismos que são muito frequentes na literatura moçambicana. É aqui onde se aproveitaria mostrar a diversidade linguística entre a literatura brasileira, portuguesa, guineense, angolana, são tomense e por aí em diante. É frequente que o professor escolha o texto específico só para explorá-lo gramaticalmente. A gramática prescritiva faz com que os alunos concluam que o “português

é difícil". Mas não é nada disso. O problema é a norma-padrão europeia que é distante da realidade moçambicana e tudo parece novo no aluno, embora ele possa ter a LP como língua materna. Os escritores moçambicanos, tais como Mia Couto "brincam"⁹ com as palavras em seus textos com muita frequência. Situações de criatividade lexical são frequentes e podem, de certa forma, passar a ser usadas pelos alunos.

4.1. O professor diante da variação

Na seção 4, tentamos demonstrar quais os problemas que o professor moçambicano enfrenta diante dos seus alunos no ensino da LP. As frases apresentadas ali mostram a diferença em relação à norma europeia. Ainda há preconceito linguístico em Moçambique no que diz respeito à variação/mudança. Muitos professores ainda reprimem qualquer tipo de variação. Com a punição pelo erro, "os professores pensam que estão a resolver os problemas de aprendizagem dos seus alunos. Se os erros dos alunos são frequentes ao longo do ano, ele é considerado aluno reprovado e passa assim para o grupo dos fracassados." (Dias, 2002, p.74).

Acredita-se que a norma europeia é a "mais certa" e essa que é exigida aos alunos. Sobre o ensino da variação, Bagno (2009, p.157-158) defende que

Devemos apresentar aos nossos alunos todas as opções que a língua oferece, explicar o funcionamento dessas regras, os processos gramaticais que ocorrem em cada uma e os produtos que deles resultam. Devemos também ter a honestidade de explicar o valor social atribuído pelos falantes cultos a cada uma dessas estratégias [...] o ensino dessas formas padronizadas conservadoras não pode vir acompanhado da atitude tradicional da escola de negar todo e qualquer valor às regras não-padrão, de despejar uma enorme carga de preconceito contra as opções sintáticas mais antigas ou mais inovadoras da língua, acusando elas de serem feias, erradas, estropiadas, etc.

Falta um pouco de "honestidade" por parte dos professores de português nas escolas moçambicanas, porque fingem dizendo que a norma mais correta é a portuguesa, como se falassem tal como os europeus. Resultado dessa atitude são as reprovações "em massa" dos alunos na disciplina de português. Concordamos com Cagliari (2009, p.24) quando afirma que o

professor de língua portuguesa deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de sua vida.

Realmente falta este espírito, pois na maioria dos casos, se perde muito tempo com gramática normativa ao invés de tentar perceber como o "nosso português" funciona no contexto mo-

⁹Na obra "Terra Sonâmbula" tem os seguintes neologismos: arco-iris-cando, camarada-chefe, brincriações, sonhabulante, exatamesmo, indubidável, desfolha, castanhamente, praia-va, luzinhou, mulatar, nenecar, machambar, farinhinha, raivando, historiava, irmanito, despernado, emchameação, matabichar, surdimudo, maistravez, ninguéns, rarefeita, doidoendo, descair, infanciando.(Timbane, 2011b).

çambicano. Sendo assim, “é preciso que se estabeleça um efetivo diálogo com professor por meio da pesquisa, que o enriqueça e torne apto a promover uma auto-reflexão e uma análise crítica das suas ações” (cf. BORTONI-RICARDO, 2006,p.133). Para não parecer que só ficamos comentando sem mostrar a prática, veja-mos os exemplos do jornal “Notícias”, o maior jornal público de Moçambique:

a) “ ...de futebol, os *Mambas*, Mart Noiij desmentiu publicamente...” (15/06/2011)

b)“...Valoriza-o. Até conheço *maziones* que te admiram...” (16/07/2011)

Os exemplos que acabamos de apresentar, demonstram a inserção dos empréstimos nas mídias moçambicanas. As palavras destacadas (em itálico) provêm de estrangeirismos de origem xichangana. Na primeira palavra (*mambas*), ocorreu a transformação das palavras *mamba*¹⁰ (plural deveria ser *timamba*¹¹) e *muzione*¹² (plural *mazione*). Para adaptação à LP acrescentou-se à forma singular *mamba* à desinência *-s*, elemento morfológico que na LP tem a função de marcar o plural dando origem a forma *mambas* no lugar de *timamba*, como é na língua xichangana.

A segunda palavra *maziones* deriva de *mazione* que já é forma plural de *muzione* em xichangana. O uso dessa unidade lexical no português revela que o ponto de partida não foi acrescentar a desinência *-s* à forma no singular. Curiosamente tornou-se a forma plural *mazione* e a ela acrescentou-se marca do plural prototípica dos substantivos em português (*-s*), dando origem a forma *maziones*. É frequente vermos nos meios de comunicação as transformações: *timbila/timbilas* (xilofone/xilofones), *pala-pala/pala-palas* (chifre/chifres de antílope), *capulana/capulanas* (tecido de algodão que as mulheres usam como adorno amarrado à volta da cintura), *tchova/tchovas* (carrinho/carrinhos de mão), *madala/madalas* (idoso/idosos), *mamana/mamans* (mãe/mães), *molwene/molwenes* (marginal/marginais), *mufana/mufanas* (rapaz/rapazes). (Dias, 2002).

Este é o léxico do português moçambicano que precisa ser explicado aos alunos. De forma alguma devemos considerar estas construções como incorretas, pois elas são bem conhecidas pelos alunos, são ouvidas todos dias, aparecem nos meios de comunicação e fazem parte do português falado e escrito. O que se dá em Moçambique, acreditamos que também ocorra em Angola, na Guiné Bissau, em Cabo Verde e no Brasil, países que têm suas características linguísticas específicas, que caracterizam o seu povo. Como nos lembra Mattos e Silva (2004, p.73),

Para aqueles que esperam que os indivíduos saiam da escola dominando um padrão linguístico que eles chamam de cor-

¹⁰ Cobra muito venenosa que ocorre em África e que tem a capacidade de imitar sons de outros animais.

¹¹ O xichangana é a 2ª língua mais falada de Moçambique e tal como muitas outras LB está organizada em classes nominais para marcação de concordância. Nesta língua há cinco prefixos que marcam o plural nos substantivos: *va*, *mi*, *ma*, *svi* e *ti* ou *tin*. Por exemplo, *munhu/vanhu* (pessoa/pessoas), *munti/minti* (casa/casas), *ribzè/maribzè* (pedra/pedras), *xipflâlò/svipfâlò* (porta/portas), *rimitsù/timitsù* (raiz/raízes) e *risokòti/tinsokòti* (formiga/formigas). (SITOE, 1996).

¹² Indivíduo que professa a religião zione. Zione é a 3ª religião mais professada em Moçambique, depois da católica e muçulmana. (INE, 2009).

reto, isto é, de acordo com uma norma linguística idealizada, imposta e, em parte, configurada nos manuais tradicionais de ensino, o ensino do português está em crise, faliu, porque, a não ser alguns poucos - por já trazerem do berço na sua fala o essencial desse padrão - dos milhões de escolarizados não sairão da escola, tal como hoje ela é, dominando esse padrão idealizado e considerado o correto.

Mattos e Silva (op.cit) desencoraja aos que penalizam alunos em nome da norma padrão que é pouco conhecida em Moçambique. Pode-se trabalhar questões de variação nas aulas de português. O maior problema está com os alunos das grandes cidades. Referimo-nos às crianças que têm o português como língua materna, cujo número vem crescendo de forma acelerada ao longo destes últimos dez anos. Da pesquisa que se fez em crianças das escolas da Cidade de Maputo, por exemplo, concluiu-se que elas entram na escola com conhecimento da LP. (cf. TIMBANE, 2009).

4.2. Conflitos e evidências entre norma-padrão europeia e a variante moçambicana

Como vimos destacando até aqui, a norma-padrão europeia é considerada a forma mais correta, pura, usada em programas de mídias; é a língua utilizada na administração, no governo e na escola como veículo da educação. É a língua considerada legítima, legitimada pelo poder (GARCEZ; ZILLES, 2001).

É importante reforçar que o padrão-europeu em Moçambique foi resultado da planificação política através da Constituição da República, no período pós-independência. Parecia que tudo iria “correr às mil maravilhas”. Lembra-se que no período colonial era obrigatório estudar a história, geografia, cultura portuguesa¹³. Os manuais eram feitos em Portugal e refletiam uma realidade bem distante do aluno moçambicano.

O traço mais marcante do “português africano”, segundo Vilela (1995, p.53-60) é a simplificação. Vilela mostra que esta simplificação “foge” à norma-padrão europeia. Tanto em Angola como em Moçambique. Por exemplo: há omissão da frequência dos artigos e das preposições; há omissão de um dos elementos da negativa nas construções em que a norma europeia prevê dois elementos; há omissão do verbo “ser” quando em situação de construção chamada “de realce” ou o do verbo “haver”. Omite-se o pronome relativo “que”; há eliminação do conector “e”; em caso de flexão a opção ou é feita pela terceira pessoa do singular ou pelas terceiras pessoas de cada tempo; verifica-se o fenômeno de “lheização” do pronome pessoal complemento direto “o”; há generalização de certos fenômenos como a extensão da diátese passiva a verbos que não a admitem regularmente.

Para Dias (2009, p.405-406), por exemplo, no PM há troca entre as consoantes vibrantes simples e múltiplas; há tendência

¹³ O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a companheira do império [...] A política linguística do Estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas), através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa (MOURA, 2002, p.84).

para abrir as pretônicas [a,e,o]; há tendência para a monotongação; há uso de pronomes plenos com verbos impessoais que deveriam usar pronomes expletivos; há tendência para omitir os artigos; há diferenças quanto à concordância nominal e verbal; há diferenças quanto a regências verbais, etc.

Há muitas outras pesquisas que demonstram as diferenças entre a norma-europeia com a “norma-moçambicana”. A nível lexical a presença do léxico tipicamente moçambicano é mais visível e evidente, pois segundo Vilela (1995), o vocabulário acusa o passado histórico do país. Vejamos exemplos do português moçambicano: *chapa* (transporte semi-coletivo de passageiros), *boatar* (divulgar notícias falsas), *bichar* (organizar-se em fila), *barulhar* (fazer barulho), *desprograma* (programa não concretizado), *anelamento ou lobolo* (casamento tradicional), *desquieto* (alguém que não é quieto), *matabichar* (tomar café da manhã). A esses se somam palavras vindas das LB: *cacana* (planta medicinal rasteira, de sabor amargo usada para alimentação e tratamento de várias doenças), *matapa* (folhas de mandioqueira ou prato feito a base de folhas de mandioqueira), *capulana* (tecido que as mulheres cobrem o corpo), *matorritorri* (doce feito de coco e açúcar com forma retangular).

Sobre este mesmo assunto, Carvalho (1991, p.20) mostrou que o uso da LP em Moçambique apresenta peculiaridades devido à “existência de novos referentes e a criatividade de toda língua natural; contato com as LB e a respetiva interferência; empréstimos e nova derivação e composição e realidade de cerca de 50% da população escolarizada ter apenas nível primário”. Para ilustrar alguns exemplos, Carvalho apresenta situações de atribuição de novos significados. Exemplo: *Chegaram as “estruturas”*. Aqui nesta frase “estruturas” refere-se a responsáveis de um determinado bairro ou região. Há outros fenômenos que Carvalho (1991, p.21-23)¹⁴ apresenta:

a) Pronominação-seleção:

b) concordância nominal e verbal

“-Maxaquene dispensou a ele.” “

-...os meus primo...”

“-Eu disse a ele.” “

-...eu foi...”

c) Regência verbal (caso de preposição zero)

“- ...os músculos começam doer...”

“- ...já estavam apodrecer...”

¹⁴ São fenômenos linguísticos pontualmente detectados, exclusivamente ao nível frásico, em estudos parcelares do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, dos corpora de português falado.

Estes exemplos reforçam os argumentos de que o português de Moçambique é bem diferente do português europeu. Estas manifestações linguísticas ocorrem a nível oral e escrito. Dias (2009a, p.389) desenvolve um artigo intitulado “A norma-padrão e as mudanças linguísticas na LB nos meios de comunicação de massa em Moçambique”. Nesse artigo, apresenta provas, mais do que suficientes, para sustentar que a norma europeia se distancia da norma moçambicana cada vez mais.

5. Falta de instrumentos que legitimam o padrão falado em Moçambique

Como já relatamos na seção anterior, várias pesquisas mostraram claramente a existência de variações no português falado/escrito em Moçambique entre elas as pesquisas de Dias (2002, 2009a, 2009b). A independência política foi alcançada em 1975, mas a independência linguística ainda não foi proclamada. Em 2002, a linguista Hildizina Dias, publicou o “Minidicionário da Moçambicanismos”, que vem comprovar mais uma vez a mudança lexical do português falado em Moçambique. Esta obra contém 1540 verbetes ricos em estrangeirismos, neologismos e empréstimos característicos dos contextos sociolinguísticos de Moçambique. A elaboração do dicionário, segundo Dias (2002, p.12), foi motivada pelo fato de “a LP em Moçambique ter vindo a sofrer uma série de mudanças em todos níveis, por influência de vários fatores, destacando-se o contato com as LB e os fatores socioeconômicos e políticos inerentes à atual conjuntura moçambicana.”

Este dicionário apresenta na sua macroestrutura nomes que designam animais, plantas, rituais, ações, sabores, trajes, instrumentos e acontecimentos. A obra compila moçambicanismos, dando continuidade, ao trabalho realizado anteriormente por outros estudiosos. Trata-se de moçambicanismos do registro oral da língua, recolhidos em contextos de comunicação familiar ou popular, em três cidades do país: Maputo, Quelimane e Pemba. Ainda segundo Dias (2002, p.18), o seu principal objetivo é “mostrar algumas palavras e significados novos usualmente utilizados por alguns moçambicanos e que não aparecem nos dicionários portugueses”. No entanto, conforme a autora realça, não é sua intenção “impor uma norma linguística nem sequer padronizar a LP falada/escrita em Moçambique”.

Cidadãos movidos pelo espírito de identidade, de afirmação e defesa do bem comum, que é a língua, têm recusado a existência de moçambicanismos. Várias críticas relacionadas aos estrangeirismos têm aparecido por todo lugar, principalmente nos meios de comunicação social. Há que se realçar a importância do dicionário eletrônico de moçambicanismos que nos ajuda a compreender melhor essa questão. Trata-se de um dicionário em construção e que consideramos um passo importante na construção do PM. Timbane (2009, p.26-36) dedica várias páginas do trabalho expli-

cando e dando exemplos dos moçambicanismos mais frequentes no português oral de Maputo demonstrando que “palavras tais como *afinar* (apertar pessoas no machimbombo ou autocarro), *guevar* (fazer comprar para revender), *bala-bala* (andar sem parar), *minhar* (segregar), *txovar* (empurrar), são exemplos típicos do nosso português”. Segundo Lindegaard (2009), os moçambicanismos são

palavras usadas pelos moçambicanos ou por pessoas que vivem em Moçambique quando falam português entre elas e que não são usadas por outros falantes do português noutras lugares – às vezes são empréstimos a línguas estrangeiras (sobretudo a línguas bantas, como *matope*), às vezes são criações moçambicanas a partir de palavras portuguesas (como *campainhar*), às vezes são aceções especificamente moçambicanas de palavras usadas noutras variantes do português (como *refresco* no sentido de “refrigerante”); e palavras portuguesas que, por muito que se usem fora de Moçambique, são de origem moçambicana.

Este instrumento deve ser mais enriquecido com contribuições para que resulte em um livro impresso e que as entidades governamentais reconheçam a existência do português moçambicano. Cabe ainda aos linguistas moçambicanos trabalharem na criação de gramáticas do português falado (tal como o Brasil faz), porque as diferenças com a norma europeia não se limitam ao nível lexical, mas também se manifestam aos níveis semântico, sintático e pragmático.

6. Considerações finais

Respondendo às perguntas iniciais, concluímos que a escola moçambicana não consegue ser guardiã da norma-padrão europeia devido aos contextos sociolinguísticos do país. Sendo assim, há necessidade de legitimar o Português Moçambicano uma vez que as suas características se distanciam do europeu a nível lexical, semântico, sintático e pragmático. Se os professores primários só possuem nível básico e médio, estão longe de dominar e ensinar o PE. Enquanto houver preconceito com relação à variante moçambicana e a insistência no ensino de gramáticas normativas tudo continuará tal como está: fraco aproveitamento, dificuldade de comunicar na LP. As dificuldades do uso da norma-padrão crescem à medida que o aluno aumenta o grau de escolaridade, chegando até a universidade, tal como mostra o estudo realizado por Gonçalves (1998) com alunos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo/Moçambique.

As crianças da cidade falam o PM, português esse que é característico no contexto moçambicano. Os manuais consultados nesta pesquisa mostraram que nada têm de “norma europeia”. Apesar dos textos terem sido adaptados, os rastros do PM ainda estão presentes. A literatura moçambicana usada com mais fre-

quência no ensino secundário, nada tem de europeia. Lembremos que na “gramática prescritiva” os exemplos são buscados nos grandes clássicos da língua. Cabe agora aos professores trabalhar textos moçambicanos juntos com os aspectos sociolinguísticos que sempre representam uma ficção/real da norma moçambicana. Os professores deviam aproveitar a rica literatura moçambicana para discutir na aula sobre as variações linguísticas existentes entre PM, PB, PE, entre outras variantes.

Cabe aos linguistas moçambicanos e não só, “pôr a mão na massa” criando dicionários do português culto e popular de Moçambique, bem como as gramáticas que discutam com clareza a realidade sociolinguística de Moçambique. Os temas sobre a variação devem ser discutidos em sala de aula, para se mostrar ao aluno as possibilidades que a língua oferece num espaço geográfico, num grupo social, num determinado tempo. Não seria justo submetemos os alunos a uma “tortura” que se chama “norma-europeia” baseada em gramáticas prescritivas que até são pouco conhecidas pelos professores. Se essa atitude continuar aumentará o número de reprovações lutando por uma *performance* que está longe do alcance dos alunos. O que advogamos é continuarmos a estudar a variante moçambicana nas suas vertentes, publicando trabalhos e mostrar que não existe uma única forma de falar português. A ideia de que o padrão mais correto é o de Lisboa é uma falsa presunção. O nosso aluno deve aprender a ciência na sua variante, elevando assim a autoestima, a capacidade de expressão e a redução das reprovações. Os linguistas precisam trabalhar para reduzir o preconceito sobre as variações e mudanças linguísticas porque este é um fenômeno natural das línguas. É importante lembrar que a escola deixou há muito tempo de ser “pura” linguisticamente e ela deve ser o espaço de debate, lugar de todas as modalidades de uso porque a língua é dinâmica, variável no tempo e no espaço.

Abstract

In Mozambique, the portuguese language is considered the official language, second language, national language and competes with more than twenty Bantu languages spoken by the majority of population. The standard norm lose away their floor to the Mozambican Portuguese which carries own characteristics pertaining to the sociolinguistic context of the country. Schools attempt their best, but they cannot teach the European standard due the multilingual and Portuguese contact with African languages, a fact that is reflected in the media and in the literature through their oral and written forms. These difficulties result in high

rates of failures due to problems encountered in using the European standard by teachers and writers who prepare the school books. This research suggests the standardization of the Mozambican variant as well as the preparation of dictionaries and grammars illustrating the sociolinguistic reality of Mozambique in order to improve the quality of education. It also emphasizes the need for a self-esteem spirit on Mozambicans in general as a conduit to eliminate the soaring bias that Mozambicans can not speak portuguese language.

Keywords: *standard-norm; change; Mozambican Portuguese.*

REFERÊNCIAS:

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In BAGNO, Marcos. (org.) *Norma Linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

AMÓS, Armindo; MARTINS, Flávia; FUMO, Tereza et al. *Como é bom aprender: Língua Portuguesa - 4ª classe*. Maputo: Texto Editores, 2009.

BAGNO, Marcos. Introdução: Norma linguística e outras normas. In BAGNO, Marcos, (org.) *Norma Linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Não é errado falar assim: Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2009.

BONA, Maria; MATAVEL, Celeste; MAHOTA, Elisa. *É bom saber ler: 2ª classe*. Maputo: Longman Moçambique, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?: Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem Bá-Bé-Bi-Bo-Bu: Pensamento e ações na sala de aula*. São Paulo: Scipione, 2009.

CARVALHO, Maria José. *Aspectos sintáticos e semânticos: dos verbos locativos no português oral de Maputo*. Luanda: ICALP-Angolê, 1991.

CAVELE, Álvaro; CUTA, Marcolino; ZIMBA, Carlos. *Aprender a comunicar: Língua Portuguesa- 6ª classe*. Porto: Porto Editora, [s.d].

CHIMBUTANE, Feliciano. As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do português de Moçambique. In GONÇALVES, Perpétua (org.). *Mudanças no português de Mo-*

- çambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação.* Maputo: Livraria universitária, 1998.
- DHORSAN, Adelaide; MONTEIRO, Susana. *Aprender a ler: Língua Portuguesa- 1ª classe.* Maputo: Macmillan, 2008.
- _____. *O meu livro de português: Língua Portuguesa- 5ª classe.* Maputo: Macmillan, 2005.
- _____. *Vamos aprender: Língua Portuguesa- 3ª classe.* Maputo: Macmillan, 2003.
- DIAS, Hildizina Norberto. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar em direção a uma prática linguística escolar libertadora.* Maputo: Promédia, 2002.
- _____. Língua e mudanças sociais - Algumas reflexões sobre o caso de Moçambique. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa.* Lisboa: AULP. mar. 1993, p. 96-100.
- _____. *Minidicionário de moçambicanismos.* Maputo: Imprensa Universitária, 2002.
- _____. Os empréstimos lexicais das línguas bantu no português. in: *Actas do Simpósio Nacional sobre língua portuguesa em África.* Lisboa: Escola Superior de Santarém. 1991.
- _____. *Português moçambicano: Estudos e reflexões.* Maputo: Imprensa Universitária, 2009a.
- _____. *Saberes docentes e formação de professores na diversidade cultural.* Maputo: Imprensa Universitária, 2009b.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.* São Paulo: Parábola, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARIA, Isabel Hub. Contacto, variação e mudança linguística. In: MATEUS, Maria Helena Mira, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês et al. (orgs.) *Gramática da língua Portuguesa.* Lisboa, Caminho, 2003.
- FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-colonial - O caso de português e das línguas autóctones em Moçambique.* Maputo: Promédia, 2001.
- GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos – desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (org) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua.* São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- GONÇALVES, Perpétua. Aspectos da sintaxe do português de Moçambique. In FARIA, Isabel; PEDRO, E., DUARTE, Inês. et al. (orgs.). *Introdução à linguística Geral e Portuguesa.* Lisboa: Caminho, 1996a.
- _____. (org.). *Mudanças do português em Moçambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação.* Maputo: Imprensa universitária, 1998.

_____. *Português de Moçambique - Uma variedade em formação*. Maputo: Livraria universitária da Faculdade de Letras (UEM), 1996b.

_____. Dinâmicas do Português em Moçambique: Afinal, o que são erros do português. In *Primeiras Jornadas de Língua Portuguesa*. Maputo: UEM, 2005.

_____. Situação linguística em Moçambique: Opções de escrita. In *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: AULP. Março 1989. vol. 2.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. A Religião em Moçambique. Disponível em:

http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_analise/religiao] Acesso: 12 ago. 2009.

LINDEGAARD, Lucas. *Dicionário de moçambicanismos*. Disponível em: <http://mocambicanismos.blogspot.com/2009/02/c.html>.] Acesso em 12 dez. 2011.

LOPES, Armando Jorge. *Política linguística - Princípios e problemas*. Maputo: Imprensa universitária, 1997.

_____. *A batalha das línguas: Perspetiva sobre a linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

LUCCHESI, Dante. Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINS, José Perea. *Idioma português brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

MENESES, Leonarda. Desconsturando a língua: O caso da mudança e das interferências linguísticas no português de Moçambique. In: *Revista Odisseia*. Nº 5, jan-jun, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Português, Programa da 8ª classe. Maputo: INDE, 2010.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. A língua popular tem razões que os gramáticos desconhecem. In: SILVA da, Fábio Lopes; MOURA, Heronides de Melo. *O direito à fala: A questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2002.

MUHATE, Simião; MOURANA, Sandra; MASSANGO, Clementina et al. *Regras de Comunicação : Língua Portuguesa - 7ª classe*. Maputo : Longman Moçambique, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola: Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009.

NGUNGA, Armindo. A intolerância linguística na escola moçambicana. In *Conferência sobre Educação em Moçambique*. Maputo, 2007.

_____. *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo: Imprensa universitária, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolíngüismo e preconceito linguístico. In: SILVA da, Fábio Lopes; MOURA, Heronides de Melo. *O direito à fala: A questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Insular, 2002.p.83-92.

PERINI, Mário. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2003.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.1990, 2004. Disponível em: <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf> Acesso em: 12 dez. 2011.

SILVA de, João Gomes. Interferência e variante linguística. Algumas considerações sociolinguísticas sobre o português falado em Moçambique. In *Revista Internacional de língua Portuguesa*. Lisboa: AULP., Vol. 5/6, p. 101-105, dez. 1991.

SITOE, Bento. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: INDE, 1996.

STROUD, Christopher e Gonçalves, Perpétua (orgs). *Estruturas do português: problemas e aplicações*. Maputo: INDE, 1998.

_____. Panorama do português oral de Maputo: Objetivos e métodos. In *Cadernos de pesquisa do INDE* nº 22, Maputo: INDE, 1997.

TIMBANE, Alexandre António. *A problemática do ensino da língua portuguesa na 1ª classe num contexto sociolinguístico urbano - O caso da cidade de Maputo*. Maputo: UEM, 2009. (Dissertação de Mestrado em Linguística/Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane).

_____. *O português moçambicano: Um olhar sobre os neologismos em cartas de opinião e em obra de Mia Couto*. São Paulo: USP, 2011b. (No prelo, CINEO).

VILELA, Mário. *Ensino da língua portuguesa: Léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.